

"A REESPACIALIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA" (*)

ANETE BRITO LEAL IVO

INTRODUÇÃO

Este artigo busca caracterizar, em termos bastante gerais e preliminares, a dinâmica mais recente do processo de diferenciação espacial da estrutura fundiária do Estado da Bahia no período de 1970 a 1980. Trata-se, portanto, de tentar descrever e analisar certos efeitos dessa transformação da perspectiva das diferenças regionais dentro do Estado, determinadas pela heterogeneidade da estrutura de posse e uso do "espaço rural", entendido aqui como a área apropriada às finalidades de produção e consumo necessárias tanto à reprodução do capital como às condições básicas de vida daqueles que trabalham a terra.

Por outro lado, considerando os limites dos dados analisados, pretende-se chegar ao levantamento de algumas hipóteses que expliquem os nexos possíveis existentes entre o processo de diferenciação regional da estrutura fundiária (concentração/fragmentação das propriedades rurais) e o crescimento demográfico observado em alguns municípios baianos, em igual período.

* Este artigo foi inicialmente apresentado em maio de 1983 em Seminário com o CREDAL-CNRS Paris, no quadro de uma colaboração Internacional com o CRH/UFBA e o CREDAL/CNRS. Foi posteriormente apresentado no IV Encontro da ABEP em São Paulo outubro de 1984, constando dos anais do Encontro.

Metodologicamente, o equacionamento do primeiro objetivo se baseia na análise da variável do Censo Agropecuário "área total de estabelecimentos agropecuários", agregada por microregião do Estado, através da qual se chega a delimitação do processo de crescimento relativo da fronteira agrícola da Bahia(1) e do movimento espacial da área de pequenos e grandes estabelecimentos rurais no período de 1970/1975/1980(2) .

Por outro lado, a partir da localização de áreas de concentração e expansão dos minifúndios e da situação espacial dos municípios que apresentam as mais elevadas taxas de crescimento geométrico populacional... busca-se relacionar as alterações da estrutura fundiária com o processo de crescimento demográfico de alguns municípios.

Dadas as limitações dos dados utilizados nos limites deste artigo é imperioso, no entanto, que se reafirme o caráter preliminar das observações e hipóteses aqui apresentadas, sobretudo no que se refere às interconexões entre as transformações da estrutura agrária e o crescimento populacional. Efetivamente, a natureza distinta dos indicadores que se referem aos Censos Agropecuários e Demográficos, impõe que esses nexos sejam posteriormente aprofundados e qualificados por outras variáveis e estudos de caráter mais qualitativos, através dos quais se possa perceber certos processos de natureza político-sociais que atuam ao nível da organização das

(1) O dimensionamento da fronteira agrícola refere-se à formação da fronteira externa, ou seja, a área acrescida ao total de área dos estabelecimentos existentes de um período a outro, incluindo, portanto, pastagens, matas e terras improdutivas. A este conceito contrapõe-se a noção de fronteira interna, que se refere à expansão das áreas dos estabelecimentos utilizados com lavouras e pastagens.

(2) Pequenos estabelecimentos (-10ha) e grandes estabelecimentos (+ de 1.000ha) .

ses sociais, cuja percepção extrapola o tratamento estatístico utilizado.

Neste sentido, a análise que se segue, antes de equacionar de forma exaustiva a questão teórica proposta, que se refere à compreensão das transformações espaciais enquanto efeitos dos movimentos simultâneos do capital e do trabalho sobre a terra, serve muito mais para indicar pistas objetivas que sugerem tendências de transformações expressivas por que vem passando a sociedade agrária da Bahia, sobretudo na última década.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO BAIANO

A distribuição regional dos fatores produtivos e a forma de aproveitamento dos recursos naturais no Estado têm sedimentado um processo histórico de diferenciação interna do espaço, responsáveis pela dinâmica de algumas regiões e decadência de outras.

Efetivamente, a vinculação histórica da economia baiana às atividades comerciais de exportação, em torno de determinados produtos (cana, fumo, cacau, etc.) fez com que as regiões mais dinâmicas se localizassem próximas do litoral (faixa de 200km. de largura), tendo como principal centro de comercialização a cidade de Salvador, numa "economia voltada para fora" (CEPLAB, 1978/I: 116).

O interior do Estado, por sua vez, se estruturou a traves de uma ocupação baseada na pecuária extensiva associada a agricultura de subsistência, apresentando, porem sub-espacos distintos vinculados a certos tipos de produção, em geral apoiados por programas e instituições específicas, como é o caso do: sisal (Serrinha); feijão (Irecê e Ribeira do

Pombal); hortigranjeiro (Juazeiro e Jaguaquara) , etc, sendo o mais recente e importante, o café, nas áreas de Vitoria da Conquista e da Chapada Diamantina. Além dessas áreas produtoras, observa-se também centros esparsos de dinamização regional vinculados a atividade de mineração, como é o caso da região de Senhor do Bonfim (Caraíbas Metais) e da Região de Brumado (magnesita) no sudoeste do Estado.

Todos estes sub-espacos se subordinam a alguns núcleos urbanos, funcionalmente importantes, geralmente ligados ao esquema viário estadual e nacional. Ex.: Feira de Santana, Itabuna, Vitoria da Conquista, Jequié (cidades que crescem ao longo de rodovias); Ilhéus e Juazeiro (cidades portuárias também associadas a grandes rodovias).

Além destes observa-se também a formação de outros centros de menor importância em termos do seu dimensionamento populacional, como: Barreiras, Santa Maria da Vitória, Xique-Xique/Barra, Irecê, Guanambi, Juazeiro (com Sobradinho) que representam papéis fundamentais no desenvolvimento regional (ver CEPLAB, 1978/1, 116).

Assim, a localização das atividades produtivas na Bahia tem representado, em grande parte uma intervenção do capital intermediado pelo poder do Estado, como entidade maior de âmbito federal.

Neste sentido todo o espaço baiano, recentemente , vem sendo cada vez mais modelado pela forma como a economia regional se integra ao sistema de produção e acumulação de âmbito nacional, que pressupõe a incorporação dos espaços regionais neste processo, tanto em termos de mercado como de produção, dentro da tendência de expansão do capitalismo brasileiro.

Desta forma observa-se alterações fundamentais no espaço baiano em função dos seguintes processos, de caráter complementares:

- incorporação a economia de espaços e recursos naturais desaproveitados, realizados a partir da criação de uma infra-estrutura viária e de comunicação, que consubstancia o processo de abertura da fronteira agrícola;
- a concentração de determinadas atividades e consequentemente, de contingentes populacionais, em determinados centros urbanos de localização privilegiada no contexto espacial, como é o caso da região metropolitana de Salvador; e
- redefinição de novas atividades produtivas em áreas tradicionalmente voltadas para outras atividades econômicas, como é o caso do café em Vitória da Conquista e na Chapada Diamantina.

Todas estas transformações, efetivamente vão implicar em mudanças qualitativas do modo de produção, com alteração consequente das relações de produção pré-existentes, como acontece com a reorganização da produção agrícola sob a forma capitalista de exploração.

Desta forma, o espaço agrícola também apresenta desigualdades profundas quanto aos modos de produção vigentes, encontrando-se "num extremo, as explorações agro-industriais, muitas vezes dependentes do mercado mundial e apoiadas direta e indiretamente nos capitais internacionais; noutro extremo, as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de capital variável fraco, obtido frequentemente por

empresários usurários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam de modos múltiplos, frações de capital e do trabalho" (SANTOS, Milton: 1979, 116).

Analisando-se os dados relativos ao desenvolvimento agropecuário baiano na última década (1970-1980) constata-se que o crescimento da produção do setor provém prioritariamente da incorporação de novas terras ao espaço produtivo (CEPLAB: 1978/11, 19), apesar da contribuição que o processo de modernização (intensificação de novas tecnologias) vem dando para a elevação da produtividade, especialmente na zona do cacau e nos perímetros irrigados.

Considera-se, portanto, que o processo de abertura da fronteira agrícola no período de 70-80 é um dos fatores importantes na determinação das mudanças operadas no espaço rural, condicionando, em certa medida as formas de acesso e uso do solo agrícola.

Neste sentido, passa-se agora a descrição do itinerário espacial de incorporação de terras na Bahia, no período 70-80 e em seguida ao movimento consequente de concentração e minifundização do sistema fundiário.

2. A DINÂMICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O quadro 1 descreve o total de área acrescida por microrregião, no período de 1970/1980. A partir desses dados constata-se que a maior incorporação de terras, no Estado, ocorre no sentido oeste, com a expansão das áreas dos estabelecimentos de "Alem São Francisco" que participam da formação da fronteira agrícola, com cerca de 59% do total da área acrescida dos estabelecimentos rurais do Estado ⁽³⁾. Nesta regi-

(3) Esta participação inclui as seguintes microrregiões: Chapadas do Alto Rio Grande, Chapadas do Rio Corrente, Baixo-médio São Francisco, Médio São Francisco e Corredeiras do São Francisco.

ão destaca-se, de forma expressiva, a microrregião do "Chapadão do Alto Rio Grande", que, sozinha, incorporou 2.637.344ha, representando 33,35% do total da área de fronteira externa do Estado, entre 1970/1980.

A irradiação deste processo, nesta microrregião, provavelmente se deve à localização da cidade de Barreiras, considerado o mais importante centro regional do oeste baiano, responsável, tradicionalmente, pela comercialização do gado entre a Bahia e outras áreas do Nordeste e da região Centro-Oeste do país, bem como pela expansão do capital de outras regiões do país, mais especificamente de Piauí e Pernambuco.

Dada a proximidade da região oeste do Estado com a região do cerrado e da capital do país (Brasília), as terras do oeste baiano, mais recentemente, tem sofrido um intenso processo de especulação, sobretudo em função da política de expansão do capital, em termos nacionais.

Considerando-se, ainda, o total do Estado, as outras regiões que participam, significativamente, da expansão da fronteira agrícola, entre 70-80, são as *microrregiões* da Chapada Diamantina e da Serra Geral da Bahia, que juntas contribuem com 16,45% da área acrescida de todo o Estado, ou seja, com um acréscimo de 1.300.892 ha; e, finalmente, destaca -se, também, a contribuição da Região Nordeste, composta pe-las microrregiões do Agreste de Alagoinhas e do Sertão de Canudos, que juntas participaram com 9,9% das terras acrescidas baianas.

O perfil da fronteira agrícola externa do Estado na década de 70-80 resulta, no entanto, de uma dinâmica estabelecida anteriormente, que consolidou as regiões de Feira de Santana, Piemonte de Diamantina e o extremo sul do Estado, atingindo também regiões mais à oeste (Chapadas e Serra Geral) as

quais atualmente (70-80) , participam prioritariamente na fixação da fronteira interna do Estado, com as lavouras de café e do algodão respectivamente, e, em posição secundária, da dinâmica da fronteira externa da Bahia.

A dinâmica geral realmente verificada na área estudada tem conduzido a um processo gradativo de ocupação em direção ao oeste, que se materializa em concentrações maiores nas áreas mais próximas do litoral e de dispersão no sentido oeste. Essas tendências se traduzem em termos de concentração e dispersão de população, dos investimentos e da implantação de atividades produtoras, apresentando 2 momentos simultâneos, que definem a maturação do processo de ocupação das terras: um primeiro, de apropriação, tendo por base a delimitação da propriedade fundiária, quando se estabelece os limites da fronteira externa do Estado; e, um segundo, posterior, determinado a partir da utilização produtiva do solo, e que consolida, então a fronteira interna da Bahia.

De modo geral, o que se verifica é a incorporação quase total do espaço baiano a dinâmica econômica, ainda que não expressa numa utilização produtiva, das terras. Grande parte destas são utilizadas como "reserva de valor" mais que Cf mo meio de produção, o que vai colocar os posseiros em posição antagônica ao capital imobiliário e aos grandes proprietários de terra que através do processo conhecido por "grilagem" expulsam o posseiro de suas terras.

Neste sentido a expansão da fronteira estabelece por si mesma uma diferenciação especulativa do espaço na Bahia, transformando as áreas de fronteira em áreas de tensão social no campo.

Neste processo o capital se apresenta em luta sobre o ambiente constituído, utilizando-se da intermediação do Es-

tado que legitima, através de Programas governamentais (tais como os de estímulo a produção para exportação, a produção de alimentos, ao apoio ao "pequeno produtor"), a reorganização do espaço em formas produtivas capitalistas.

No entanto, aparecem ao nível objetivo da realidade os seguintes fatores de desenvolvimento que, aparentemente são responsáveis pela abertura da fronteira agrícola no estado da Bahia:

No sentido oeste: observa-se a pavimentação da estrada BR-242, que corta o Estado no sentido leste oeste ligando a Bahia a Goiás e Brasília. A implantação do Programa de Ocupação do Alem São Francisco que tem se manifestado em projetos específicos de reflorestamento, colonização, produção de álcool, além de implantação de infraestrutura viária, energia e comunicação (transportes, etc). A atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) com a implantação de programas de irrigação e colonização, entre outros.

Por fim, ressalta-se a aceleração do processo migratório para a região, de colonos paranaenses e gaúchos que recentemente tem-se fixado nesta área.

No sentido extremo sul: a conclusão da BR-101 que articula o Estado com o sul do país, via litoral, criando uma revalorização das terras da região, ao tempo em que possibilita o deslocamento e movimentos de contingentes populacionais; a implantação de projetos de reflorestamento, bem como a instalação de empresas nacionais e internacionais voltadas para a produção de hortigranjeiros, da cultura da pimenta do reino, do cravo da índia, da borracha, etc.

No sentido Nordeste: a implantação do PDRI (plano de Desenvolvimento Rural Integrado) - "Nordeste", vinculado ao Programa "POLONORDESTE", voltado para a produção de alimentos em pequenas propriedades, sobretudo o feijão no município de Ribeira do Pombal. Além desta produção em pequenas lavouras, identifica-se em outras áreas da região (Alagoinhas, Inhambupe) a expansão de cooperativas voltadas para a produção de frutas (notadamente a laranja e o maracujá) dirigidas para a indústria de sucos e doces de frutas, para a exportação.

Dado o desestímulo da região do "Agreste" a grandes investimentos, em função das dificuldades climáticas, no Nordeste, em geral, esta região tem servido como local de orientação do fluxo migratório, área de recriação da pequena produção.

A partir do perfil do processo de incorporação de terras na Bahia e da apreensão dos processos subjacentes que determinam esta dinâmica, poderíamos entender a fronteira agrícola como o espaço onde se estabelece a competição monopolística entre as diversas frações de classe. Assim, ela se constitui, do ponto de vista do capital, como uma relação social de produção (ver GRAZIANO, 1979: 59) e tem representado num primeiro momento, área de recriação da economia "camponesa"; em seguida área de confronto ostensivo entre capital e trabalho, na luta pelo monopólio da terra que expressa a diferença fundamental: de um lado, de produção para o lucro ou simplesmente como reserva de valor; e, de outro, de produção para o uso que determina as condições de reprodução dos trabalhadores.

Assim, o movimento da fronteira agrícola expressa também o movimento geral de expropriação do trabalhador rural.

3. O MOVIMENTO DO LATIFÚNDIO

Após a percepção do processo de ocupação do espaço passa-se, neste item, a analisar a distribuição e expansão das grandes propriedades rurais, ou seja, aquelas que apresentam uma superfície de mais de 1000 ha, vista como um indicador do processo de concentração fundiária no campo, através de cujo crescimento pode-se inferir, em parte, onde está ocorrendo o processo de expansão do capital.

Ao analisar-se as principais áreas de concentração da grande propriedade (ver. Q.2) distinguem-se fundamentalmente duas regiões:

- a) as áreas de expansão da fronteira agrícola, sobretudo no sentido Noroeste: Chapadões do Alto Rio Grande, Baixo médio São Francisco e Chapadas do Rio Corrente; e
- b) a área da Chapada Diamantina Meridional, recentemente incorporada a produção do café, mas onde se observa, também, vastas áreas de pastagens.

Além destas áreas mencionadas, também outras participam, significativamente, do total da área de grandes propriedades de terra, como as microrregiões de Piemonte da Diamantina, Feira de Santana, Jequié, Pastoril de Itapetinga, Encosta do Planalto de Conquista e Litorânea do Extremo Sul, ou seja, áreas tradicionalmente de vocação pecuária que aos poucos vem sendo atingidas pela redefinição produtiva em torno de novas lavouras, como é o caso do café, na Chapada e em Vitória da Conquista.

Observando-se, no entanto, o processo de crescimento relativo da área desses estabelecimentos, entre 1970 e

1980, por microrregião, constata-se que além das áreas do te do Estado, outras regiões revelam uma tendência de expansão das grandes propriedades (ver Cres. relativo 70/80 Q.2). Este é o caso da:

- 1- Chapada Diamantina Setentrional - Região onde se observa, nas áreas mais áridas, de caatinga, a criação de bovinos para fornecimento de carne e leite e do gado menor, praticado à solta na caatinga (IBGE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1980). Integra também a sua área, o principal centro produtor de feijão (Irecê) além de que recentemente, partes desta microrregião vêm sendo transformadas em produtoras de café.
- 2- Microrregião do Senhor do Bonfim, área tradicional de gado de corte consorciado as roças de subsistência e também de intensa atividade de mineração, onde se localiza a jazida da "Caraíba Metais", em Jaguarari.
3. A Região de influência do lago de Sobradinho, envolvendo as microrregiões de Corredeiras do São Francisco e Baixo-médio São Francisco, área que apresenta características próximas a da Chapada Diamantina Setentrional, com extensas áreas de caatinga de criatório primitivo, praticado de forma extensiva (IBGE: 1980 - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico).

Ao lado desta atividade, no entanto, pratica-se as culturas de vazante como o feijão (de caráter de subsistência), o cultivo irrigado da cebola, além dos cultivos de frutas e hortaliças, em pequenas áreas irrigadas.

4- A Região do Nordeste do Estado, mais especialmente a microrregião do Agreste de Alagoinhas, onde se constata a expansão da pecuária com base no plantio de gramíneas e forrageiras, registrando-se também uma policultura com o cultivo do feijão, milho, mandioca e alguma citricultura (IBGE: 1980 - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico). Deve-se observar, ainda, que é exatamente nesta região onde se implantou o programa "Nordeste" de produção de alimentos, em Ribeira do Pombal.

Contrário ao movimento geral de concentração e expansão da grande propriedade, localizada acima, deve-se ressaltar também, o processo de retração da área das grandes propriedades, que ocorre, especialmente, na microrregião cacaueira. Efetivamente ao comparar-se o crescimento relativo de 70/80 deste estrato de área, observa-se uma retração da grande propriedade nessa microrregião, expressa num percentual de - 29,15%, basicamente determinada pela 1º quinquênio desta década.

Este movimento de retração da grande propriedade nesta região pode estar determinado por dois fatores: de um lado, pela transformação e incorporação de grandes propriedades pecuárias em áreas novas de plantio e expansão do cacau, e que, portanto, sofrem um processo de pastilha de suas áreas em função dos limites de necessidades da produção da lavoura cacaueira e, do outro, devido a intensificação do processo de modernização da mesma lavoura que introduz inovações tecnológicas, poupadoras de terras, induzindo, de certa forma também, a uma partilha das grandes propriedades fundiárias.

Neste sentido, a expansão da grande propriedade se faz através da pecuária extensiva nos limites da fronteira externa do Estado ou em áreas cujos investimentos em infra-es

trutura (estradas, telecomunicação, barragens e irrigação) garantam a rentabilidade do investimento do capital.

Este processo, entre 1970 e 1980 não é linear, observando-se um primeiro momento (70/75) de crescimento relativo das grandes propriedades, mais expressivo, da ordem de 42,82%, e, um segundo momento, onde se verifica uma diminuição relativa do processo de crescimento, que se expressa numa relação de 37,60% entre 1975/1980 (ver Q.2) motivada pela retração da grande propriedade nas microrregiões do Médio São Francisco (-31,02), do Planalto de Conquista (-23,06), Pastoril de Itapetinga (-6,57), Feira de Santana (-4,64), Jequié (-1,81) e Piemonte da Diamantina (-1,33) provavelmente nas áreas abrangidas nela expansão da cultura do café, que, possivelmente passam por uma partilha de suas terras.

Dentro desse quadro, então, conclui-se que a expansão do processo de concentração da propriedade que se observa como uma característica fundamental de desenvolvimento agrário baiano na década de 70/80 (ver IVO, Anete: 1983, 19) resulta sobretudo do processo de abertura da fronteira agrícola do Estado, sobretudo na direção oeste, ocupadas fundamentalmente com pecuária extensiva, transformando a terra em reserva de valor.

Por outro lado, a intensificação de capital na agricultura, determinando um ritmo de incorporação produtiva dessas terras, como é o caso da implantação da cultura do café e do desenvolvimento do cacau, tem configurado um movimento de retração das áreas de mais de 1000 ha. Assim a transformação de extensas áreas de pecuária em áreas de lavoura, mais produtiva e intensiva de mão de obra (como o café) ou altamente tecnificadas (como o cacau) tem levado a uma redefinição da estrutura fundiária, que se modifica em movimentos complementares, tanto de partilha quanto de agregação simultânea de grandes e pequenos estabelecimentos.

4. O MOVIMENTO DOS MINIFÚNDIOS ⁽⁴⁾

Do mesmo modo como o itinerário das grandes propriedades foi visto como parte do processo de expansão do capital no campo, a expansão das pequenas propriedades no espaço, e a sua intensificação, indicam um movimento do "campesinato" e do grande contingente da população rural, vistas enquanto frações da força de trabalho, além de determinar em parte, certas condições de vida que permitem a reprodução dessa força de trabalho no campo, já que, na sociedade rural a dicotomia entre viver e trabalhar é uma divisão puramente artificial. Assim o minifúndio passa a representar uma fração do espaço onde se realiza parte das condições de produção e reprodução da força de trabalho no campo.

Analisando-se a distribuição da área dos estabelecimentos de menos de 10 ha, entre 70 e 80, no estado da Bahia (ver Q.3) destacam-se 3 grandes áreas de concentração de minifúndios:

- 1- A Região da Chapada Diamantina Meridional, área decadente de uma economia de mineração colonial que recentemente passa por transformações importantes quanto ao sistema de produção, em função do desenvolvimento da lavoura cafeeira;

- 2- A Região do "Nordeste", envolvendo mais especificamente as microrregiões do Agreste de Alagoas e do Sertão de Canudos, cujas características foram descritas no sub-item relativo à fronteira agrícola, já que também aí se constata um relativo processo de expansão da fronteira agrí-

(4) Considera-se empiricamente o estrato de estabelecimentos de menos de 10 ha.

cola e daquele relativo à uma certa concentração de latifúndios (propriedades de mais de 1000 ha) promovido pela expansão da pecuária. Neste sentido a confluência de diferentes processos **tor-na** esta região bastante interessante do ponto de vista da compreensão da sua estrutura produtiva, devendo refletir, de um lado, a expansão das grandes propriedades através da ocupação da pecuária extensiva consorciada à uma policultura de subsistência (feijão, milho, mandioca, etc) produzida possivelmente em pequenas unidades, como indicam os dados do quadro 3, em análise;

- Área do Recôncavo Baiano: região pioneira de povoamento tendo na plantação da cana-de-açúcar em grandes propriedades seu principal produto, ao lado da produção de fumo baseada na pequena propriedade, associada à lavoura de subsistência e produção da mandioca, também realizada em unidades produtivas de tamanho limitado.

Além destas regiões minifundiárias acima descritas, deve-se registrar, de um lado, a participação significativa da área dos pequenos estabelecimentos na microrregião da Chapada Diamantina Setentrional, em 1970, onde exatamente a partir desse período se consolidou o polo de produção de feijão , em torno do município de Irecê, e, de outro lado, a participação, a partir de 1975, da microrregião do Baixo-Médio São Francisco, grande área ao Noroeste do Estado que sofreu, nesta última década o impacto da implantação da barragem do Sobradinho e para onde têm se dirigido esforços governamentais, no sentido de promoção de aumento da produtividade. Abrange, em áreas distintas, a produção de cana e algodão em regiões mais a oeste (Barra), e a produção de cebola na região de Xique-Xique, além das gigantescas áreas de pecuária extensiva.

A análise mais dinâmica dos dados que informam o processo de estruturação e desestruturação das áreas minifundiárias no Estado da Bahia indica que, em geral, as regiões onde se registram os maiores crescimentos das áreas dos estabelecimentos de menos de 10ha, seriam aquelas que representam áreas de fortes pressões demográficas e também de orientação de fluxos populacionais, provocados pela reestruturação da *estrutura* produtiva local.

Assim a expansão dos minifúndios ocorre sob três condições: uma, enquanto área periférica às grandes culturas, funcionando como reservatório de mão de obra temporária ou volante; outras, como estrutura fundiária típica a determinados produtos, realizados tanto em padrões mais capitalistas (caso das cooperativas para produção de hortigranjeiros, tomates, cebolas, melão, etc.) ou em padrões mais tradicionais (caso do fumo, sisal, mandioca, dendê); e, finalmente, nas áreas pioneiras, sob a condição de ocupação, responsabilizando-se pela produção de alimentos básicos, como feijão e arroz.

Observando-se não mais da perspectiva da maior incidência, mas agora da tendência de expansão da área global desses estabelecimentos na década de 70-80, identificam-se as seguintes regiões:

- 1 - A região da "Encosta do Planalto de Conquista" que apesar de, em termos absolutos, não representar uma maior concentração de pequenos estabelecimentos, expressa uma tendência bastante forte de incorporação de minifúndios entre 70/80 expresso num crescimento relativo de 125,20% (ver Quadro 3).

A situação geo-econômica desta microrregião talvez

explique, em parte, a expansão da área dos pequenos estabelecimentos que, entre 70 e 80, cresce uma vez e meia, passando de 5.424ha, em 1970 para 12.215ha, 1980.

Efetivamente a microrregião situa-se no sul do Estado, na parte mais interior a microrregião cacauzeira, configurando uma estreita faixa territorial comprimida, de um lado, pela cultura do cacau (lado leste) e, do outro, (mais a oeste) pela região do Planalto de Conquista, área dinâmica de produção do café, e, mais ao sul, pela microrregião "Pastoril de Itapetinga" , uma das mais importantes zonas especializadas na pecuária, estruturada com base em grandes propriedades, com baixo índice de utilização da mão de obra.

Deve-se ainda registrar, por outro lado, que a microrregião é cortada, no sentido leste-oeste, pela BR-415 , permitindo uma ligação dos centros dinâmicos da pecuária (Itapetinga) e do café (Vitória da Conquista) com a área produtora do cacau e o Porto de Malhado, localizado em Ilhéus.

Esta especificidade desta microrregião talvez a coloque como alternativa espacial para o assentamento de "campo-neses" expropriados da área de implantação do café que não encontram oportunidade de emprego nas áreas próximas, de pecuária e de produção do cacau, podendo temporariamente atender as demandas sazonais de trabalho no café, no cacau, ou nas áreas mais ao sul do estado, de produção madeireira. Neste sentido a região se constituiria num reservatório de mão de obra temporária.

- 2 - Outra região que expressa uma tendência de proliferação de pequenos estabelecimentos são as microrregiões atingidas pelo desenvolvimento da cultura do café, especialmente as microrregiões

do Planalto de Conquista, Senhor do Bonfim, Piemonte de Diamantina. Deve-se deixar claro que não são regiões de produção exclusiva de café, mas onde se observa também a expansão de culturas de subsistência. Neste caso, também, a localização dos minifundiários apareceria como áreas de localização da mão de obra volante, vinculada a produção do café.

- 3 - A Região do extremo Sul do Estado, abrangendo as microrregiões "Litorâneas do Extremo Sul, Cacaueira, Interiorana do Extremo Sul e de Tabuleiros de Valença" que, à exceção da Cacaueira e desta última, representam a área de abertura da fronteira agrícola na direção sul do Estado e que até pouco tempo viviam em relativo isolamento, baseada numa economia de subsistência pouco monetarizada.

Recentemente vem sofrendo o impacto de projetos voltados para a produção de alimentos, do dendê (Valença) e de reflorestamento, resultante da atração de investimentos mais capitalistas, provocado pela conclusão da pavimentação da BR-101 (litorânea) e a proximidade dos maiores centros dinâmicos do Sul do país.

É importante que se destaque, no entanto a posição específica da microrregião "Interiorana do Extremo Sul" que, espacialmente, representa uma continuidade, na direção sul, da, anteriormente referida, região da Encosta do Planalto de Conquista e, que, entre 70/80, apresenta, do ponto de vista demográfico, perdas consideráveis de população. Dada a proximidade desta região à Encosta do Planalto de Conquista, o escoamento deste continente populacional poderia ter se dirigi-

do para a proximidade da região do café, portanto, para a intensificação do povoamento da microrregião citada (Encosta do Planalto de Conquista).

Planalto de Conquista).

- 4 - A área de influência do lago do Sobradinho, situada ao Noroeste do Estado cuja criação fez desaparecer uma imensa área territorial, sendo responsável, então, pelo deslocamento, para outras regiões do Estado, de considerável número de famílias rurais.

Atualmente sofre o impacto da implantação de projetos produtivos para a produção de alimentos, voltados para o mercado.

Aí duas grandes microrregiões devem ser destacadas, enquanto áreas expressivas de expansão das áreas de pequena propriedade (70-80): a microrregião do Baixo-Médio São Francisco, com os municípios de Barra (área de fronteira agrícola) e de Xique-Xique (de produção de cebola, feijão e milho); e a microrregião de Corredeiras do São Francisco onde se desenvolve grande parte dos projetos de irrigação da CODEVASF, com a produção de frutos e hortaliças e onde, também, se situa a cidade de Juazeiro, que articula a Bahia com os demais Estados do Nordeste servindo, então, de importante entreposto de imigrantes nordestinos.

- 5 - A área do Nordeste do Estado, englobando, agora, uma nova combinação das microrregiões do Sertão de Paulo Afonso e Serrinha, que "possivelmente sofrem a influência de dois processos: a decadência e estagnação da região de produção do Sisal (Serrinha) e a dinamização do programa de produção do feijão em Ribeira do Pombal.

Tendo em vista a aridez dos solos e o clima desta região, altamente sujeitadas secas, ela como tal não se constituiu num espaço atrativo ao grande capital. Neste sentido a expansão da área de pequenas propriedades significa a formação de outro bolsão de reserva da força de trabalho no campo.

Assim o capital expropria o trabalhador rural num segundo momento, na medida em que, após expulsá-los de áreas mais prosperas, permite-lhes apenas o acesso as terras menos produtivas, transferindo-lhe, então, os riscos resultantes da instabilidade climática da região.

Observadas as áreas de expansão de minifúndio resta definir as regiões em que tem ocorrido, recentemente, uma retração na área dos pequenos estabelecimentos, provavelmente em função de um movimento contrário, de concentração da propriedade. Assim é que se constata uma relação de crescimento negativo, entre 70-80, da área de pequenos estabelecimentos, nas microrregiões onde se verifica a expansão da fronteira agrícola, com grandes projetos de pecuária extensiva e reflorestamento (Ex.: Chapadões do Rio Corrente e Médio São Francisco); nas áreas especializadas numa pecuária mais moderna (Região Pastoril de Itapetinga); e, finalmente, em áreas que recentemente vem sofrendo um processo de especulação imobiliária e reflorestamento, como é o caso do Litoral Norte do Estado.

Dada a intensidade da transformação que se opera neste último decénio o processo espacial de minifundização descrito, no entanto, não se apresenta de forma coerente, mas plena de variações e comportamentos até mesmo conflitantes em certas regiões, com movimentos simultâneas de retração e expansão das áreas de pequenos estabelecimentos (Ex.: microrregião Interiorana do Extremo Sul), que refletem mais os aprofunda-

mento das condições de subordinação dos trabalhadores rurais e "camponeses" ao grande proprietário fundiário.

Assim, numa primeira etapa, que vai de 1970/1975, se expandem as áreas de minifúndio nas regiões de Sobradinho e do Nordeste e se retraem as áreas de minifúndio da microrregião Interiorana do Extremo Sul e as áreas de pecuária, tanto do São Francisco, como em Itapetinga. Numa segunda etapa (1975/1980) observa-se uma fragmentação deste extrato de área na microrregião Interiorana do Extremo Sul, ao lado da redução das áreas de pequena propriedade no Litoral Norte, Médio São Francisco e Sertão de Canudos.

As condições que determinam o duplo processo de expansão e retração dos minifúndios também podem ser avaliados pelo aumento e diminuição das áreas médias desse extrato de estabelecimento.

Assim, através do Quadro 4 verifica-se que a região que apresenta a maior tendência declinante na área média dos pequenos estabelecimentos é o Litoral Norte, o que nos leva a concluir que a expropriação dos "pequenos produtores" de sua gleba, comprime-os em áreas menores de agricultura de subsistência, levando-os, de um lado, a limitar as condições propícias à sua reprodução em padrões normais e, de outro, a transformarem-se, parcialmente, em trabalhadores temporários, engajando-se em outras atividades agrícolas ou de serviços nas áreas próximas, urbano-industriais.

Por outro lado, a análise dinâmica da formação de área média desses pequenos estabelecimentos, entre 70-80, indica que a região que apresenta as maiores perdas de área me dia, são aquelas periféricas a cultura de café, especialmente a Encosta do Planalto de Conquista, que, como vimos anterior

mente, representa a região de maior expansão da área dos pequenos estabelecimentos.

Por outro lado, o aumento mais expressivo da área média dos pequenos estabelecimentos ocorre na região do Sobradinho (Baixo-médio São Francisco) que apresenta um acréscimo de 1.02ha. por área média dos estabelecimentos menores; a região de Corredeiras do São Francisco, onde se localiza a cidade de Juazeiro, e a região do Chapadão do Rio Corrente onde se tem notícias da implantação de projeto de colonização e do assentamento de um fluxo migratório, originário do Sul do país (Paraná).

Dentro dos limites dos dados estudados poderíamos então, dizer que a expansão da área média dos pequenos estabelecimentos resulta, primeiro, da disponibilidade do fator terra, portanto, dos limites da área de fronteira agrícola, e, por outro lado, do padrão de organização produtivo da área. Assim, nas áreas atingidas por programas governamentais ou pela dinâmica de agroindústrias, que necessariamente são cultivadas em unidades produtivas de pequeno porte, há uma tendência de estruturação de minifúndios de maior tamanho.

5. INTEGRAÇÃO DO PADRÃO DE ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA COM OS PA-DRÕES GERAIS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Conquanto sejam por demais conhecidas as limitações de análises realizadas com base em agregações de caráter muito amplo (como é o caso das microrregiões) e, além disto, sabendo -se da impossibilidade de estabelecer-se comparações lineares entre os dados do Censo Demográfico, a nível do município, e os dados relativos ao Censo Agropecuário, por microrregiões, não se pode deixar de indicar, com as devidas reservas, que o fenômeno de expansão e fragmentação dos minifúndios na última

década, parece manter uma íntima relação com pressões demográficas que vem atingindo especialmente pequenos e médios centros urbanos, sobretudo nas regiões que sofreram, recentemente uma reestruturação do espaço produtivo.

Assim, observando-se as áreas onde ocorre a maior expansão de minifúndios entre 70-80 (Q. 3) evidencia-se paralelamente um expressivo crescimento demográfico de determinados municípios, o que pode confirmar, parcialmente, tal relação.

Evidentemente, ao localizar-se os municípios que entre 70-80 apresentaram uma taxa de crescimento populacional bastante acima da média do Estado (Q. 5), pode-se constatar, por exemplo, que bastante próximas dos limites da microrregião da Encosta do Planalto de Conquista (área intermediária entre cacau e café) encontram-se os municípios de Camacã e Mascote que entre 70-80 apresentaram um crescimento populacional de 6.01 e 6.18 a.a. Ressalte-se, ainda, que o município de Mascote apresenta uma taxa de crescimento rural de 6.59 a. a., portanto, bem acima da taxa de crescimento urbano (1.60 a. a.) o que indica, de certa forma, a expansão do processo de formação de minifúndios também na área deste município; enquanto que o município de Camacã, vizinho a este, apresenta uma intensificação no crescimento da população urbana, na ordem de 6.31 a.a., e de crescimento rural de 5.85, apesar de, relativamente, a maior parte do contingente populacional encontrar-se, mesmo, no meio rural.

Assim, também, na região do extremo sul do Estado verifica-se o crescimento demográfico do município de Caravelas expresso numa taxa de 4.72 a.a., sendo que esta taxa expressa, basicamente, o crescimento da população rural (5.75 a. a.). Ainda nesta região é importante registrar a expansão de

algumas vilas com crescimento bastante acima das taxas de crescimento urbano do próprio município, como ocorreu no distrito de Eunápolis (em 1970) e Teixeira de Freitas.

Na região de Tabuleiros de Valença, cuja estrutura fundiária baseia-se em pequenos estabelecimentos observa-se também o crescimento populacional do município de Ituberá (5.69 a.a.), apresentando uma taxa de crescimento rural (6.15) bem mais alta que a urbana (4.93).

Já na região cacauzeira de alta densidade populacional e de limites internos de fronteira já esgotados, observa-se o crescimento populacional dos municípios de Gandu (4.48) e Una (5.42) cuja taxa de crescimento urbano é superior à rural, situando-se em torno de 1% ao ano.

A análise da região do café aponta para o crescimento bastante expressivo do município de Barra do Choça que cresce à taxas geométricas de 15.69 ao ano, na zona urbana, e 6.73 na zona rural e do município de Utinga com um índice de 5.91 de crescimento anual para todo o município.

Na região do Sobradinho e Juazeiro, importantíssimo foi o índice de crescimento populacional do município de Juazeiro com uma taxa de crescimento de 6.75 a.a., sendo tão expressivo o seu crescimento rural (9.24 a.a.) quanto o crescimento de sua população urbana (5.29).

Além deste município deve-se registrar, na área do São Francisco, a cidade de Ibotirama com uma significativa taxa de crescimento urbano (7.71), a cidade de Xique-Xique, com 5.99 de crescimento urbano e da cidade de Remanso com um crescimento urbano de 6.27 ao ano.

Por fim, na região do Nordeste do Estado (5) observa--se um expressivo crescimento urbano do município de Ribeira do Pombal (6.27), do município de Paulo Afonso (5.04) e dos municípios de Conceição do Coité e Serrinha com crescimento em torno de 4% ao ano.

Alem destes deve-se ainda registrar as elevadas taxas de crescimento populacional urbano nos municípios de: Barreiras (11.60), Santa Maria da Vitoria (9.20), Guanambi(8.61), Jaguaquara (7.33), Itamaraju (11.48), Feira de Santana(5.79), Ipirá (6.72), Irecê (10.66), Camaçari (14.03), Lauro de Freitas (19.52) e Simões Filho (15.74).

Ao analisar-se de forma bem geral a manifestação das taxas de crescimento populacional, diríamos que:

- 1- o crescimento da população urbana ocorre em função da situação de importante entroncamento rodoviário e de entreposto comercial: caso de Feira de Santana, Barreiras, Irecê, etc., "sedes" de poios de desenvolvimento, tanto rural quanto urbano (industrial): Jaguaquara, Irecê e Guanambi, que apresentam um uso intensivo de mão de obra;
- 2- as cidades que se localizam nas áreas de fronteira agrícola expandem fortemente sua população em função da orientação dos fluxos migratórios para posterior assentamento rural, e, de outro lado, pelo processo contínuo de expropriação de posseiros, realizado pelo grande proprietário fundiário, passando então a observar-se fluxos populacionais que transitam continuamente por estes

(5) Incluo as microrregiões de Sertão de Canudos; Agreste de Alagoinhas, Serrinha e Sertão de Paulo Afonso.

centros urbanos, em função de se restabelecerem em áreas próximas;

- 3- à medida em que ocorre um fechamento da fronteira as pressões das áreas de minifúndio induzem a uma aceleração do crescimento urbano, observando-se, então, um continuum entre as áreas de minifúndio e a periferia das áreas urbanas (caso do café e do cacau, por exemplo). Por outro lado, enquanto existem terras disponíveis o grande contingente populacional se fixa, então, nas áreas rurais) sob formas combinadas de "campesinato" e assalariamento temporário.

Assim, poderíamos concluir que, à medida que o capital avança no campo, provoca uma diferenciação do espaço, polarizado regionalmente em centros de médio e pequeno porte, que expressam um determinado perfil da divisão intrarregional do trabalho.

Na Bahia a diferenciação do espaço através da luta pelo monopólio da terra apresenta duas dinâmicas que se sucedem num plano espacial, mas também temporal: uma, definida por um movimento de apropriação da terra, que passa então a ser considerada como reserva de valor (é o processo característico da formação da fronteira agrícola externa); e, outra dimensionada pela transformação da terra como meio de produção com a implantação de culturas e intensificação do processo de trabalho.

A partir desse processo observa-se, então, um contínuo movimento de capitais e de contingentes da força de trabalho em torno do desenvolvimento da nova ordem produtiva, promovendo-se uma cadeia de sucessivas articulações que vão resultar numa redistribuição tanto do capital disponível, quanto da

população sobre o novo espaço constituído (6) .

Na base desta dinâmica redefinem-se novas relações de produção, com a constituição de um proletariado rural de tipo mais puro, resultado do processo de expropriação do "camponês" de suas terras, o que vai pressionar os padrões de crescimento demográfico tanto de aglomerados rurais de maior ou menor porte, como também das áreas minifundiárias.

Verifica-se então uma certa expansão dos pequenos estabelecimentos cujos limites da sua área interna mal dão para o sustento da família rural. Neste sentido as áreas de minifúndio passam a se constituir em bolsões de reserva dos trabalhadores temporários, que se localizam em áreas periféricas às grandes propriedades e aos pequenos centros, onde, efetivamente, se operam as relações contratuais de compra e venda de força de trabalho rural.

Exemplificando este movimento, observa-se na região do café não só um expressivo crescimento dos estabelecimentos de pequeno porte como também um processo simultâneo de crescimento da população de pequenos aglomerados, ditos urbanos pelos critérios censitários, como o município de Barra do Choça e de Utinga.

Neste sentido as sucessivas articulações que se estabelecem entre o "rural" e o "urbano" nas áreas de reorganização da produção expressam um padrão diferencial tanto mais objetivo quanto maior for o avanço do capital no campo.

A crescente expansão populacional desses aglomerados "tipicamente rurais" vão gradativamente afetar os custos e a qualidade do consumo deste contingente rural, o que alte-

(6) Ver a este respeito Santos, Milton, 1979: pgs. 113-116

ra, significativamente, o padrão de reprodução da força de trabalho rural.

Conclui-se, portanto, que a reespecialização mais recente da estrutura fundiária na Bahia, e os reflexos sobre o padrão de crescimento urbano, expressam um processo geral de alteração nas relações de produção pelas quais o capital e o trabalho disputam o monopólio da terra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB(I), *Economia Baiana - Subsídios para um plano de Governo*. Salvador-Bahia, Brasil, 1978.
2. BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB(II), *Economia Baiana (diagnóstico do Setor Agropecuário)*. Salvador-Ba, Brasil, 1978.
3. GRAZIANO DA SILVA, José. "Dois enfoques sobre a agricultura no Brasil" IN: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol 10, 1979.
4. HARVEY, David. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído em sociedades capitalistas avançadas" IN: *Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano II, n?6, São Paulo, Cortez Editora.
5. IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias - Censo Agropecuário de 1970 - Bahia, Rio de Janeiro, 1975.
6. IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias - Sinopse Preliminar dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980.
7. IBGE. Superintendência de Estatísticas Primárias - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1980.
8. IVO, Anete B.L. Tendências Gerais do processo de acumulação do capital na agricultura baiana (versão preliminar) mimeo. CRH/UFBa, 1983, 42p.
9. SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*, trad. de Maria Irene Q.F. Szmrecsányi, São Paulo, Hucitec, 1979 (Série Teses e Pesquisas).

QUADRO1
 ÁREAS DE FRONTEIRA AGRÍCOLA SEGUNDO AS MICRORREGIÕES
 BAHIA - 1970 --1980

MICRORREGIÃO	Total de área de estabelecimentos (ha)		Área acrescida (ha)	
	1970	1980	N	%
OESTE BAIANO	7.594.976	13.869.857	6.274.881	79,35
1. Chapadões do Alto Rio Grande	966.516	3.603.860	2.637.344	33,35
2. Chapadões do Rio Corrente	566.965	1.375.622	808.657	10,23
3. Baixo-Médio São Francisco	957.112	1.779.584	822.472	10,40
4. Médio São Francisco	731.248	1.044.175	312.927	3,96
5. Chapada Diamantina Setentrional	767.326	1.127.414	360.088	4,55
6. Chapada Diamantina Meridional	1.251.419	1.735.107	483.688	6,12
7. Serra Geral da Bahia	1.816.187	2.273.303	457.116	5,78
8. Senhor do Bonfim	376.950	671.992	295.042	3,73
9. Corredeiras do São Francisco	161.253	258.800	97.547	1,23
LESTE BAIANO	9.970.268	11.394.673	1.424.405	18,01
1. Piemonte da Diamantina	1.934.138	2.062.659	128.521	1,62
2. Sertão de Canudos	738.396	1.105.790	367.394	4,65
3. Serrinha	808.426	921.807	113.381	1,43
4. Feira de Santana	1.110.756	1.252.021	141.265	1,78
5. Jequié	1.274.959	1.398.820	1.123.861	1,57
6. Planalto de Conquista	1.183.285	1.259.342	76.057	0,96
7. Pastoril de Itapetinga	996.357	925.147	- 71.210	-0,90
8. Sertão de Paulo Afonso	459.656	471.498	11.842	0,15
9. Agreste de Alagoinhas	644.009	1.058.198	414.189	5,24
10.Litoral Norte Baiano	322.284	342.117	19.833	0,25
11.Recôncavo Baiano	498.002	597.275	99.273	1,26

SALVADOR	156.657	157.670	1.013	0,01
LITORAL SUL BAIANO	4.538.924	4.746.968	208.044	2,63
1. Tabuleiros de Valença	360.194	481.540	121.346	1,54
2. Encosta do Planalto de Conquista	784.170	922.131	137.961	1,74
3. Cacaueira	1.496.554	1.424.959	-71.595	-0,91
4. Interiorana do Extremo Sul	912.812	945.077	32.265	0,41
5. Litorânea do Extremo Sul	985.194	973.262	-11.932	-0,15
TOTAL	22.260.825	30.169.168	7.908.343	100,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.
Cálculos: CRH/UFBa.

QUADRO 2

CRESCIMENTO RELATIVO DA ÁREA DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS RURAIS (+ DE 1.000 ha) SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - BAHIA-1970 - 1975 - 1980

MICRORREGIÃO S	ÁREA DE ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 ha.									
	1970		1975		1980		Crescimento Relativo			
	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%	70/75 %	75/80 %	70/80 %	
OESTE BAIANO	1.919.100	37,13	3.580.860	48,74	5.976.463	59,12	86,59	66,90	211,42	
1. Chapadões do Alto Rio Grande	441.647	8,55	1.115.413	15,18	2.621.825	25,94	152,56	135,05	493,65	
2. Chapadões do Rio Corrente	81.188	1,57	327.628	4,46	648.076	6,41	303,54	97,81	698,24	
3. Baixo Médio São Francisco	506.399	9,81	579.140	7,88	1.010.104	9,99	14,36	74,41	99,46	
4. Médio São Francisco	271.683	5,26	672.759	9,16	464.040	4,59	147,63	-31,02	70,80	
5. Chapada Diamantina Setentrional	64.291	1,25	133.048	1,81	290.590	2,88	106,95	118,41	351,99	
6. Chapada Diamantina Meridional	303.716	5,88	325.344	4,43	409.715	4,05	7,12	25,93	34,90	
7. Serra Geral da Bahia	201.991	3,91	313.461	4,27	338.951	3,35	55,18	8,13	67,80	
8. Senhor do Bonfim	25.773	0,50	79.442	1,08	138.429	1,37	208,24	74,25	437,11	
9. Corredeiras do São Francisco	20.412	0,40	34.625	0,47	54.733	0,54	69,63	58,07	168,14	
LESTE BAIANO	2.275.837	44,08	2.583.868	35,17	2.812.687	27,83	13,53	8,86	23,59	
1. Piemonte da Diamantina	580.051	11,23	620.385	8,43	612.121	6,06	6,95	-1,33	5,53	
2. Sertão de Canudos	164.619	3,19	186.357	2,54	267.448	2,65	13,21	43,51	62,46	
3. Serrinha	82.930	1,61	98.134	1,34	126.879	1,26	18,33	29,29	53,00	
4. Feira de Santana	218.654	4,23	261.912	3,57	249.762	2,46	19,78	-4,64	14,23	
5. Jequié	338.780	6,56	391.163	5,32	384.070	3,80	15,46	-1,81	13,37	
6. Planalto de Conquista	216.756	4,20	282.856	3,85	217.638	2,15	30,50	-23,06	0,41	
7. Pastoral de Itapetinga	373.261	7,23	403.800	5,50	377.267	3,73	8,18	-6,57	1,07	
8. Sertão de Paulo Afonso	78.577	1,52	68.063	0,93	117.188	1,16	-13,38	72,18	49,14	
9. Agreste de Alagoinhas	54.715	1,06	94.342	1,28	170.086	1,68	72,42	80,29	210,86	
10. Litoral Norte Baiano	94.807	1,84	91.161	1,24	136.069	1,35	-3,85	49,26	43,52	
11. Recôncavo Baiano	72.687	1,41	85.695	1,17	154.159	1,53	17,90	79,89	112,09	

SALVADOR	36.295	0,70	50.538	0,69	37.216	0,37	39,24	-26,36	2,54
LITORAL SUL BAIANO	934.164	18,09	1.131.053	15,40	1.282.053	12,68	21,08	13,35	37,24
1. Tabuleiros de Valença	37.707	0,73	51.337	0,70	70.629	0,70	36,15	37,58	87,31
2. Encosta do Planalto de Conquista	235.639	4,56	298.578	4,07	384.846	3,80	26,71	28,89	63,32
3. Cacaueira	270.314	5,24	178.786	2,43	191.504	1,89	-33,86	7,11	-29,15
4. Interiorana do Extremo Sul	172.044	3,33	262.542	3,57	276.691	2,74	52,60	5,39	60,83
5. Litorânea do Extremo Sul	218.460	4,23	339.810	4,63	358.383	3,55	55,55	5,47	64,05
T O T A L	5.165.396	100,00	7.346.319	100,00	10.108.419	100,00	42,82	37,60	95,69

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975/1980.

QUADRO 3

CRESCIMENTO RELATIVO DA ÁREA DE PEQUENOS (*) ESTABELICIMENTOS RURAIS SEGUNDO A MICRORREGIÃO

BAHIA

1970 – 1975 - 1980

MICRORREGIÕES	Área de estabelecimentos de O 10ha.									
	1970		1975		1980		Crescimento relativo			
	Área (ha)		Área (ha)		Área (ha)		70/75 %	75/80 %	70/80 %	
OESTE BAIANO	437.271	41,95	433.302	40,77	508.712	40,97	-0,91	17,40	16,34	
1. Chapadões do Alto Rio Grande	31.822	3,05	28.626	2,68	32.811	2,64	-10,04	14,61	3,10	
2. Chapadões do Rio Corrente	27.782	2,67	20.195	1,90	20.744	1,67	-27,30	2,71	-25,33	
3. Baixo-Médio São Francisco	57.711	5,54	76.304	7,18	85.381	6,88	32,22	11,89	47,94	
4. Médio São Francisco	19.047	1,83	19.945	1,88	17.803	1,43	4,71	-10,74	-6,53	
5. Chapada Diamantina Setentrional	59.186	5,67	48.098	4,53	55.061	4,43	-18,73	14,48	-6,97	
6. Chapada Diamantina Meridional	130.916	12,56	129.370	12,17	142.890	11,51	-1,18	10,45	9,15	
7. Serra Geral da Bahia	46.859	4,49	42.905	4,04	65.929	5,31	-8,44	53,66	40,70	
8. Senhor do Bonfim	38.040	3,65	39.621	3,73	54.367	4,38	4,16	37,21	42,92	
9. Corredeiras do São Francisco	25.908	2,49	28.238	2,66	33.726	2,72	8,99	19,43	30,18	
LESTE BAIANO	539.570	51,76	566.335	53,29	620.497	49,97	4,96	9,56	15,00	
1. Piemonte da Diamantina	36.151	3,46	34.763	3,27	50.252	4,05	-3,84	44,55	39,00	
2. Sertão de Canudos	80.487	7,72	93.694	8,82	91.100	7,34	16,41	2,77	13,18	
3. Serinha	52.290	5,98	70.217	6,61	74.877	6,03	12,72	6,64	20,20	
4. Feira de Santana	102.757	9,86	106.039	9,98	116.238	9,35	3,19	9,62	13,12	
5. Jequié	34.220	3,28	27.881	2,62	37.636	3,03	18,52	34,99	9,98	
6. Planalto de Conquista	6.984	0,67	7.051	0,56	15.040	1,21	0,96	113,30	115,35	
7. Pastoral de Itapetinga	1.395	0,13	1.066	0,10	1.331	0,11	-23,58	24,86	-4,59	
8. Sertão de Paulo Afonso	20.705	1,99	24.143	2,27	28.723	2,31	16,60	18,97	38,72	
9. Agreste de Alagoinhas	115.887	11,12	121.250	11,41	124.874	10,06	4,63	2,99	7,75	
10. Litoral Norte Baiano	12.505	1,20	11.667	1,10	8.787	0,71	6,70	24,68	-29,73	
11. Recôncavo Baiano	66.189	6,35	68.564	6,45	71.639	5,77	3,59	4,48	8,23	

SALVADOR	10.608	1,02	11.117	1,05	12.902	1,04	4,80	16,06	21,63
LITORAL SUL BAIANO	55.021	5,27	52.011	4,89	99.573	8,02	-5,47	91,45	80,97
1. Tabuleiros de Valença	21.376	2,05	21.253	2,00	35.179	2,83	-0,57	65,52	64,57
2. Encosta do Planalto de Conquista	5.424	0,52	5.146	0,48	12.215	0,98	-5,12	137,37	125,20
3. Cacaueira	21.194	2,03	20.629	1,94	39.221	3,16	-2,66	90,12	85,06
4. Interiorana do Extremo Sul	3.126	0,30	1.301	0,12	5.194	0,42	-58,38	299,23	66,15
5. Litorânea do Extremo Sul	3.901	0,37	3.682	0,35	7.764	0,63	-5,61	110,86	99,02
TOTAL GERAL	1.042.470	100,00	1.062.765	100,00	1.241.684	100,00	1,94	16,83	19,11

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975/1980.

(*) Menos de 10 ha.

QUADRO 4
 ÁREA MÉDIA DOS PEQUENOS (•) ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES
 BAHIA - 1970 - 1975 - 1980

MICRORREGIÃO	Área Média (ha)			Diferencial do cresci- mento da A.M.		
	1970	1975	1980	70/75	75/80	70/80
OESTE BAIANO	3,54	3,65	3,80	0,11	0,23	0,34
1 Chapadões do Alto R. Grande	3,86	3,79	3,82	-0,07	0,03	-0,04
2 Chapadoes de Rio Corrente	4,25	4,46	4,35	0,21	-0,11	0,10
3 Baixo-Médio São Francisco	2,63	3,08	3,65	0,45	0,57	1,02
4 Médio São Francisco	4,00	3,86	3,40	-0,14	-0,46	-0,60
5 Chap. Diamantina Setentrional	4,74	4,58	4,41	-0,16	-0,17	-0,33
6 Chap. Diamantina Meridional	3,40	3,68	3,97	0,28	0,29	0,57
7 Serra Geral da Bahia	4,67	4,94	4,60	0,27	-0,34	-0,07
8. Senhor do Bonfim	2,88	3,04	3,30	0,16	0,26	0,42
9 Corredeiras do S.Francisco	3,32	3,02	3,43	-0,30	0,41	0,11
LESTE BAIANO	3,47	3,51	3,34	0,04	-0,17	-0,13
1 Piemonte da Diamantina	4,80	4,88	4,04	0,08	-0,84	-0,76
2 Sertão de Canudos	3,87	3,73	3,83	-0,14	0,10	-0,04
3 Serrinha	3,94	3,90	3,69	-0,04	-0,21	-0,25
4. Feira de Santana	3,25	3,32	3,17	0,07	-0,15	-0,08
5 Jequié	4,02	4,19	4,09	0,17	-0,10	0,07
6 Planalto de Conquista	5,21	5,04	4,52	-0,17	-0,52	-0,69
7 Pastoril de Itapetinga	5,22	4,74	4,38	-0,48	-0,36	-0,84
8 Sertão de Paulo Afonso	3,47	3,93	3,70	0,46	-0,23	0,23
9 Agreste de Alagoinhas	3,29	3,21	3,11	-0,08	-0,10	-0,18
1 Litoral Norte Baiano	2,72	2,94	2,56	0,22	-0,38	-0,16
1 Recôncavo Baiano	2,79	2,99	2,53	0,20	-0,46	-0,26
SALVADOR	2,03	1,92	1,69	-0,11	-0,23	-0,34
LITORAL SUL BAIANO	4,21	4,36	4,08	0,15	-0,28	-0,13
1 Tabuleiros de Valença	3,80	3,98	4,37	0,18	0,39	0,57
2 Enc. do Plan. de Conquista	4,48	4,96	3,52	0,48	-1,44	-0,96
3 Cacaueira	4,56	4,56	4,12	0,00	-0,44	-0,44
Interiorana do Extremo Sul	4,35	4,53	3,58	0,18	-0,95	-0,77
5 Litorânea do Extremo Sul	4,59	4,94	3,98	0,35	-0,96	-0,61
T O T A L	3,50	3,57	3,56	0,07	-0,01	0,06

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de **1975 e 1980**

(*) Estabelecimentos de menos de 10 ha.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTAM AS MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (*)
ENTRE 70 - 80 - BAHIA

Micro-Regiões	Municípios	Taxa de crescimento Populacional (*) 70/80	População Urbana			População Rural		
			1970	1980	Taxa cresc.a.a.	1970	1980	Taxa cresc.a.a.
Chapadões do Alto Rio Grande	Barreiras	7,16	10.292	30.827	11,60	11.133	11.560	0,37
	Catolândia	5,01	389	403	0,35	1.611	2.815	5,74
Baixo-Médio Francisco	São Ibotirema	4,91	4.696	9.866	7,71	6.093	7.480	2,07
Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa	5,53	16.078	24.816	4,44	25.596	45.528	5,93
Corredeiras do São Francisco	Juazeiro	6,75	39.303	65.837	5,29	22.531	54.535	9,24
Chap. Diamantina Setentrional	Utinga	5,91						
Planalto Conquista	Barra do Choça	8,67	1.512	6.495	15,69	7.441	14.275	6,73
	Camagari	10,32	20.787	77.979	14,13	13.494	13.336	-0,11
Salvador	Candeias	4,73	26.235	42.978	5,06	8.564	12.253	3,64
	Lauro de Freitas	13,39	3.973	23.640	19,52	6.166	12.143	7,01
	Simões Filho	7,06	5.992	25.855	15,74	16.210	18.121	1,12
Tab. de Valença	Ituberá	5,69	6.020	9.741	4,93	9.949	18.070	6,15
	Camacã	6,01	8.268	15.252	6,31	14.712	25.968	5,85
Cacauciro	Gandu	4,98	6.830	13.507	7,06	11.312	16.029	3,55
	Mascote	6,18	1.096	1.284	1,60	9.574	18.104	6,58
	Una	5,42	3.829	7.582	7,07	18.496	30.825	5,24
Litorânea Extremo Sul da Bahia	Caravelas	4,72	6.891	7.205	0,45	19.727	34.492	5,75
	Stª Cruz de Cabrália	5,98						

FONTE: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico de 1980. (*) Taxa geométrica de crescimento ao ano.